



CRESCIMENTO ECONÔMICO, CONTROLE SOCIAL E AS REPERCUSSÕES DA OPERAÇÃO LAVA-JATO NO TERRITÓRIO DOS MEGAEMPREENDIMENTOS

**Riyuzo Ikeda Júnior
Ellizandra da Silva Santos
Thássia Andryna Silva de Paula
Lamounier Erthal Villela**

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o controle social no Território dos Megaempreendimentos e como a Operação Lava-Jato impactou o local em meio ao momento de crescimento econômico vivenciado nas primeiras décadas do presente século XXI. Utilizou-se como metodologia deste artigo uma análise bibliográfica de investigação descritiva, pesquisa de campo e imersão social através de entrevistas realizadas com atores locais da sociedade civil, Estado e mercado, além de visitas técnicas a conselhos e canteiros de obras e nos empreendimentos já finalizados. Este artigo concluiu que é verificada uma baixa participação social nos instrumentos de controle social no Território dos Megaempreendimentos, além de impactos da Operação Lava-Jato no conjunto de empresas e obras realizadas no local, como desemprego e ingerência financeira na administração pública carioca, fluminense e federal.

Palavras-chave: Operação Lava-Jato; crescimento; megaempreendimentos.

1 Introdução

Nas primeiras décadas dos anos 2000 o município de Itaguaí/RJ e o bairro carioca de Santa Cruz, limítrofes entre si, receberam diversos investimentos públicos e privados nos formatos de obras públicas de infraestrutura e ampliação da mesma, e construção de plantas industriais.

Os investimentos se traduziram na geração de empregos, muitos de porte bilionário e de extensão sobre todo o território compreendido entre os locais supracitados. Para tanto o Território passou a ser classificado após a identificação destas características como sendo dos Megaempreendimentos.

Os atores sociais sejam da sociedade civil ou do Estado reconhecem que o acompanhamento sobre a chegada e operação dos megaempreendimentos no território não ocorreu de forma coesa, generalizada e permanente, apesar de casos recentes de mobilização em torno do tema. Dentre os casos de controle social são exemplificados a “chuva de prata” da Companhia Siderúrgica do Atlântico, do grupo Thyssenkrupp (TKCSA) e a cassação do ex-prefeito de Itaguaí/RJ Luciano Mota.



Este artigo tem por objetivo analisar o controle social no Território dos Megaempreendimentos e como a Operação Lava-Jato impactou o local em meio ao momento de crescimento econômico vivenciado nas primeiras décadas do presente século XXI.

Utilizou-se como metodologia deste artigo uma análise bibliográfica de investigação descritiva, pesquisa de campo e imersão social através de entrevistas realizadas com atores locais da sociedade civil, Estado e mercado, além de visitas técnicas a conselhos e canteiros de obras e nos empreendimentos já finalizados.

Este artigo está dividido em seis partes, sendo a primeira esta introdução, três seções, as considerações finais e a bibliografia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho.

2 O Território dos Megaempreendimentos

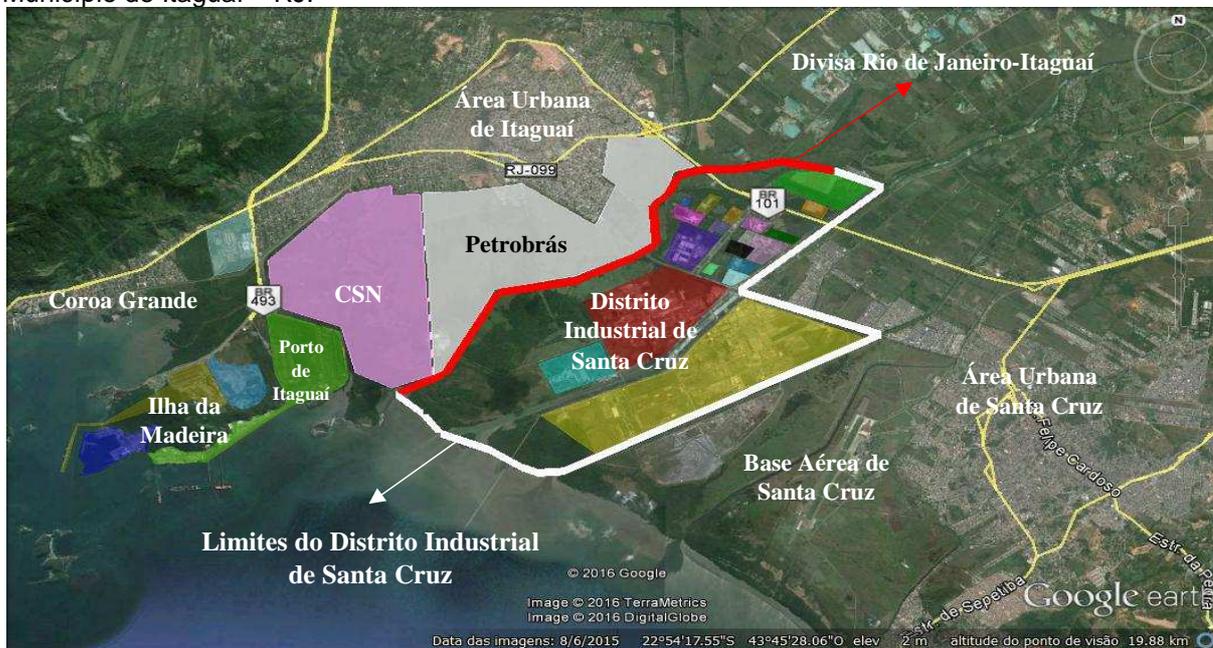
O Território dos Megaempreendimentos possui tal nomeação em virtude dos grandes volumes financeiros, em área ocupada, geração de empregos e impactos multidimensionais¹ gerados no local. Investimentos públicos e privados, por vezes bilionários, se concentraram entre o bairro carioca de Santa Cruz, na Zona Oeste, e o município de Itaguaí – RJ, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas dos anos 2000.

O mapa 1 destaca o Distrito Industrial de Santa Cruz, na capital fluminense, e a região da Ilha da Madeira e arredores, que concentra megaempreendimentos no município de Itaguaí – RJ. Percebe-se que a proximidade de tais empresas pode gerar influências recíprocas em Itaguaí – RJ, como no município do Rio de Janeiro, bem como por parte da rede de infraestrutura e de comunicação viária entre Itaguaí – RJ e Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ. Encontra-se em destaque ainda a Rodovia Rio-Santos (BR-101), o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR-493), o ramal ferroviário de Santa Cruz (Supervia) e o ramal de ônibus rápido BRT Transoeste (Rua Felipe Cardoso), além dos Portos de Itaguaí e Sudeste.

¹ A multidimensionalidade diz respeito às diversas dimensões preconizadas por Sachs (2008) como pilares do desenvolvimento sustentável, sendo tais: social, econômico, territorial, ambiental e político.



Mapa 1: Localização do Território dos Megaempreendimentos no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí – RJ.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto Pereira Passos (IPP) – Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015; CODIN, 2016; ALCANTARA, 2011 e Decreto Municipal N° 3158/81.

Dentre os megaempreendimentos localizados no território em destaque dá-se maior visibilidade aos aportes despenhados pelo Grupo Alemão ThyssenKrupp através da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, e o PROSUB através do Complexo Naval de Itaguaí para montagem do submarino nuclear brasileiro em parceria com o governo francês.

O quadro 1 expõe alguns dos principais megaempreendimentos em execução no Território, incluindo os dois maiores citados anteriormente, os volumes financeiros depositados no local, bem como a quantidade de empregos gerados com as empresas em operações.



Quadro 1: Megaempreendimentos Instalados em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) entre 2000 e 2013 e no município de Itaguaí – RJ

-	Megaempreendimento/Variantes	Montante investido (R\$ Bilhões)	Empregos gerados	Local
1	Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp)	13,2	6.000 (diretos)	Distrito Industrial de Santa Cruz
2	Duplicação da Rodovia Governador Mário Covas (Rio-Santos) – BR 101 Sul	0,245	-	Território dos Megaempreendimentos
3	Ampliação da Capacidade da Avenida Brasil	-	-	Bairro de Santa Cruz
4	Corredor de Ônibus Articulados BRT Transoeste	1	-	Bairro de Santa Cruz
5	Companhia Siderúrgica Consigua – Gerdau (Expansão)	2,47	550 (diretos) e 3.000 (indiretos)	Distrito Industrial de Santa Cruz
6	Rolls-Royce	0,2	100	Distrito Industrial de Santa Cruz
7	Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz	0,8	700	Distrito Industrial de Santa Cruz
8	Base Naval de Itaguaí (Submarinos Nucleares)	7,8	9.000 (diretos); 32.000 (indiretos)	Ilha da Madeira
9	Nuclep e UFEM			
10	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	1,9	-	Região Metropolitana
11	Usiminas/Ingá	1	400	Ilha da Madeira
12	Central de Tratamento de Resíduos (Ciclus)	0,4	600	Município de Itaguaí – RJ
13	Indústria Mineradora	0,069180 ²	300 (diretos)	Piranema
14	Porto Sudeste	4	2.000 (diretos)	Ilha da Madeira
15	Porto de Itaguaí (Expansão)	1,2	1.200 (diretos)	Ilha da Madeira

Fonte: IMPRENSA RJ, 2012; IMPRENSA RJ, 2011; PREFEITURA DO RIO, 2014; TKCSA, 2016; MULTIRIO, 2013; EBC, 2013; PORTO SUDESTE, 2016; O DIA, 2010; ROSSETE, 1996, p. 77; EXTRA, 2010.

Diante dos dados apresentados, questiona-se quanto ao desenvolvimento local e sobre a participação que as sociedades têm no desenvolvimento territorial em meio ao forte crescimento detectado na última década com a instalação de tais megaempreendimentos e como eles foram impactados pela atuação de empresas investigadas na Operação Lava-Jato.

² A preços correntes de 1996 e 2005. Preço do m³ R\$ 8,00 (ROSSETE, 1996, p. 77) e R\$ 11,53 (MARQUES, 2010, p. 14), multiplicado por 6.000.000 m³ (2005) de produção anual (TUBBS *et al*, 2011, p. 1).



3 Controle Social no Território dos Megaempreendimentos

O controle social tem suas origens nos chamados Direitos Fundamentais, que se encontram no rol da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), bem como em dispositivos infraconstitucionais (MOTTA; BARCHET, 2009). O controle social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é:

[...] ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo.

Assim, o instrumento do controle social é espontâneo por parte do cidadão para com os atos do Estado, mas para os agentes públicos nada mais é do que dever-poder instituído no normativo brasileiro para fiscalizar e controlar as atividades do poder público. Para um agente estatal o controle é institucional e para o cidadão direito garantido constitucionalmente pelo artigo 1º, parágrafo único, da Carta Magna de 1988, submetendo a administração pública à soberania do povo (TENÓRIO, 2012).

Para Perico (2009, p. 101) o instrumento do controle social dá o poder e a “corresponsabilidade” aos atores sociais na administração do território ao qual o cidadão está inserido. A exposição de tais argumentos deixa evidente que “[...] o controle social é o complemento estratégico da gestão social do território...”. A sensibilidade e a capacidade de mobilização são os elementos essenciais na busca pelo controle social, uma vez que o cidadão tem de estar engajado na busca final de sua participação para o desenvolvimento do território ao qual está inserido. O avanço político, seja em qual âmbito for, é o resultado do controle social (fluxos de informação, ambiente social arejado, objetivos e metas avaliados, ciclo de gestão apropriado, dentre outros), sendo esta a expressão positiva do uso massivo do instrumental. (PERICO, 2009) Assim, a Controladoria-Geral da União – CGU (2016) traz em seu âmago o conceito de controle social, disseminando-o onde quer que haja instituições de controladoria, como nos municípios. A CGU avalia que o controle social afere os objetivos, processos e resultados da administração pública (Poder Executivo) e demais Poderes da República (Legislativo e Judiciário), seja dos governantes ou do próprio funcionalismo público para benefício da coletividade.



Nesse sentido, um primeiro cenário a se analisar sobre o tema do controle social no Território dos Megaempreendimentos diz respeito à mobilização social em torno das investigações que levaram à cassação do ex-prefeito do município de Itaguaí/RJ Luciano Mota (2013-2015). O vereador Willian Cezar³ teve importância sobre a participação dos instrumentos de Estado para o melhor andamento das investigações nos os recentes casos de desvios de conduta de administradores locais do município de Itaguaí:

O Ministério Público e a Polícia Federal tiveram um papel fundamental, tanto é que o prefeito, antes de ser cassado, ele foi afastado, ele continua afastado pela Justiça, ele está sendo julgado ainda pela Justiça. O Ministério Público que solicitou o afastamento dele no qual a Justiça, o Poder Judiciário, o fez, através de recolhimento de material de provas entregue pela Polícia Federal. Hoje existe tanto a Câmara fiscalizando, depois disso mudou até o pensamento da Câmara ser a maior fiscalizadora.

Willian Cezar também esclareceu que a publicidade tomada pela crise na administração pública em Itaguaí – RJ foi fator determinante para que as ações jurídicas e legislativas contra o ex-prefeito Luciano Mota. As manifestações populares e trâmites dos atos dos poderes constitucionais do município expostas através da imprensa possibilitaram evitar constrangimentos à população, bem como pressionaram parlamentares e agentes públicos a dar andamento à Comissões Parlamentares, por exemplo:

No início, até a grande mídia, até se tornar público nós tivemos uma dificuldade para colher assinaturas porque, por exemplo, para você poder aprovar a comissão processante, como ela funciona, é feita a denúncia, ela é lida em plenário e ela é votada, então você tem de ter a maioria ali para ser aprovada. Aprovou, aí é sorteio que é feito, diferente da CPI, a CPI eu não preciso votar ela em plenário, eu tenho que recolher 6 assinaturas, que é 1/3, porque CPI é ferramenta de minoria. A gente recolhendo 1/3 das assinaturas ela só é lida em plenário e o Presidente da Câmara designa seus membros. No início até tivemos, mas depois a comissão foi aprovada por unanimidade, na época todos os vereadores, quando foi posto pelo cidadão, que ele apresentou a denúncia ela foi aprovada por unanime. Foi diferente das demais, que foi vereador que apresentou denúncia, como eu vinha apresentando denúncias, então essa veio do cidadão, ela foi mais fácil, partiu da sociedade civil.

Outro ator importante no desenvolvimento da mobilização social no município de Itaguaí/RJ em torno das investigações e posterior cassação do ex-prefeito foi Sueli

³ À época da mobilização social local em torno das investigações e cassação do ex-prefeito Luciano Mota, Willian Cezar era vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT/RJ). Hoje ele está filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB/RJ) e foi reeleito para o período 2017-2020.



Fernandes⁴. A entrevista realizada com a moradora responsável pela denúncia, Sueli, feita ao Ministério Público, corrobora as ideias destacadas por Willian Cezar. Sobre a cultura de participação da população de Itaguaí, a entrevistada afirma que o medo que existia desapareceu e que hoje as pessoas não se sentem intimidadas pelos agentes políticos. Este seria um avanço e um legado do processo que deu origem ao impedimento do prefeito. Embora a participação tenha arrefecido depois de terminado o processo, fica claro que a população conquista, através da experiência coletiva, uma possibilidade maior de envolvimento. Sueli Fernandes afirma que:

Eu posso falar para você que houve a transformação cultural política em Itaguaí porque as pessoas hoje têm confiança em postar, as pessoas têm coragem em denunciar. As pessoas tinham a cultura do “se eu denunciar eu vou violentado”. Eu sinto que os políticos aprenderam a respeitar mais as pessoas, a entender que as armas não podem mais ser apontadas, que se apontar uma arma vai ser pior porque as pessoas vão procurar algum órgão público, vão procurar as redes sociais, as rádios.

No que se refere ao envolvimento da população e órgãos públicos no processo que levou ao impedimento do prefeito, a entrevistada corrobora a ideia de que o controle social se deu forma plena com a participação de toda a sociedade civil. Interessante observar que um empresário local dono de uma boate tenha cedido notas fiscais que comprovavam os gastos ilícitos do prefeito em função da comoção geral entorno do caso. É importante também destacar que a entrevistada Sueli só “acredita” no impedimento do prefeito quando a denúncia é aceita, o que revela a importância dos órgãos públicos de controle para legitimar as demandas da população.

Houve muito envolvimento, eu sou a prova viva disso. Nós acampamos na Câmara Municipal durante 56 dias e protocolamos um impeachment na câmara dos vereadores que não foi lido. A participação das pessoas foram várias manifestações, o que me deixou muito emocionada porque quando nós anunciávamos as manifestações, as pessoas abraçavam, panfletavam, doavam faixas e todos iam e eu posso garantir a você que não houve movimento político a partir do vice-prefeito. Pelo contrário, a gente tinha uma certa rixa com ele porque ele não tinha coragem de participar. Houve a participação de dois vereadores que como cidadãos e como vereadores, tinham mais que participar e mais que defender. Então assim, a gente protocolou no Ministério Público Federal, Tribunal de Contas, a denúncia da Polícia Federal foi anônima, mas fomos nós que protocolamos, foi um grupo que protocolou essa denúncia e ela foi acatada a partir do anonimato.

⁴ À época da mobilização da sociedade itaguaiense em torno das denúncias, Sueli Fernandes era uma cidadã interessada e sem vínculos políticos ou com a administração pública local ou em quaisquer outras esferas.



Porque que nós decidimos que ela seria anônima, porque quando você vai a um órgão maior, ele pode não acatar e assim, era muito sério e se não desse certo, essa pessoa correria um grande risco. Mas ela foi acatada e a partir daí nós começamos a acreditar que realmente ele poderia ser cassado porque nós tínhamos muita base, nós vimos a Ferrari dele em Itaguaí, os helicópteros voavam dia e noite por Itaguaí, a ostentação nas boates era muito grande, as boates entregavam as notas fiscais para a gente porque não achavam justo. Então, houve uma participação sim, muito grande da sociedade civil nas manifestações.

No mesmo sentido, a moradora entrevistada detalha como se deu a participação dos órgãos públicos de controle. Destaca a importância destes órgãos para o andamento do processo e as expectativas da população.

O MP (Ministério Público) dependeu da PF (Polícia Federal). Todas as demandas que nós enviamos ao MP eram enviados para o Conselho de Tutela Coletiva de Angra, porque o de Itaguaí é apenas criminal. E lá nós tivemos uma demora muito grande para receber a resposta. Depois que a Polícia Federal entrou, ela durante seis meses, apreendeu, fez investigações, ela foi o ápice, foi participativa, atuante, foi o órgão que foi aquilo que a gente espera.

Já em Santa Cruz, os problemas que geraram mobilizações sobre o instrumento do controle social ocorreram em torno da atuação periódica dos conselhos temáticos locais e em casos recentes que envolveram a chamada “chuva de prata”⁵ gerada pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), controlada pelo grupo alemão ThyssenKrupp.

Para tanto, foram entrevistados representantes do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) e do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3), além de um membro da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que está construindo uma fábrica para vacinas no Distrito Industrial de Santa Cruz.

Carlos Teixeira, presidente do CCSAISP 27, esclarece que as reuniões mensais são os pontos de encontro entre o conselho e as demandas dos cidadãos, principalmente por meio das lideranças comunitárias:

Nesses encontros as pessoas levam as demandas para nós, conversam sobre problemas. Com isso você se sente satisfeito, integrante daquilo porque você vai lá e resolve os problemas da sua comunidade. As

⁵ A “chuva de prata” foi um evento ocorrido em diversas ocasiões a partir do início das operações da TKCSA em moradias no entorno da Siderúrgica, causando um fenômeno de fuligem proveniente dos altos fornos que não possuíam filtros adequados ao funcionamento da empresa.



lideranças procuram o Conselho para resolver problemas, então quando não tem eles nem lembram que você existe, só lembram quando surge algum problema e com isso participam das reuniões, mas se estiver tudo certo não contribuem com nada. Eles vêm perguntando se não pode fazer outra reunião daquelas e quando eles falam isso você já sabe que a comunidade está com problema.

Apesar da participação social para o CCSAISP 27 possuir tal característica de fuga do cidadão em relação às operações do conselho no local, as demandas dos cidadãos e lideranças comunitárias continuam sendo absorvidas e enviadas aos organismos competentes, pois mesmo não fazendo parte da temática há o reconhecimento pelo presidente Carlos Teixeira da importância dos trabalhos do órgão junto à sociedade santacruzense:

Nós fazemos fichas com cada demanda e por isso nós (o conselho) pedimos a todos os órgãos para estarem presentes porque nós não recebemos demandas apenas de segurança. Nós fazemos uma ata daquela reunião porque se dentro de trinta dias o órgão não responder à demanda que lhe foi dada, nós vamos cobrar ele.

Um fator, porém, é de relevância, na percepção do presidente do CCSAISP 27, sobre a baixa participação social nas reuniões mensais, qual seja: o medo. Teixeira expõe que:

Não é questão de divulgação porque a gente divulga, mas é questão da própria sociedade mesmo. Não querem participar. Quando a comunidade é uma área de risco nós até entendemos porque depois vão falar que a pessoa esteve na reunião do Conselho de Segurança e colocar a vida do cidadão em risco. As comunidades que não têm esse problema, participam mais.

Geraldo Batista, presidente do CODS 5.3, em sua percepção sobre os encontros promovidos pelo conselho, afirma que:

O pessoal só quer vir para cá na época de eleição ou quando acontece alguma coisa ou quando a entidade deles precisa de um título. Por exemplo, querem fundar uma ONG de assistência a hemodiálise, então eles vêm no Conselho de Saúde que conseguem muito mais rápido.

Outro ponto que o conselho enfrenta é a questão das interferências políticas nas demandas e solicitações da população para o CODS 5.3, bem como do próprio conselho ao Estado. O orçamento participativo, a alocação de mão de obra e de infraestrutura dentro da



região em que atua o conselho são alguns dos pontos levantados em que vereadores do município do Rio de Janeiro e gestores públicos acabam por redefinir as ações da saúde pública com base nas solicitações e recomendações dos dez conselhos distritais de saúde ao longo do território municipal (RIO, 2016), incluindo o Território dos Megaempreendimentos: “[...] o gestor municipal manobra todo o recurso em prol daquilo que ele é mais favorável. Quando acontece isso, de todos os recursos irem para somente uma área, o que tem que ser é denunciar”.

Diante do cenário de interferências políticas e baixa participação social as empresas e instituições localizadas no Território dos Megameprendimentos veem o conselho com descredibilidade quando tais ações se tornam mais claras, pois a visão que exacerba é benefício próprio e fins pessoais nas ações do CODS 5.3. Muitos dos atos do conselho junto às empresas e instituições locais vão de encontro também à leviandade com que os trabalhadores, por vezes, são tratados. As demandas que chegam aos conselheiros vêm por meio das consequências geradas por acidentes de trabalho e negligencia das empresas para com o funcionário acidentado. Assim o conselho mantém contato constante com as empresas e instituições locais a fim de melhor encaminhar os casos de tratamento de trabalhadores que tenham sofrido acidentes de trabalho e consequências de saúde posteriores ao fato.

Em ponto comum aos conselhos persiste a importância da integração e troca de informações não somente entre conselhos de mesma temática, mas também sobre a heterogeneidade de temas absorvidos pelos organismos em meio ao Território dos Megaempreendimentos, este com um contingente populacional considerável, investimentos volumosos, mas que possui diversos traços problemáticos nas mais variadas dimensões, principalmente no relacionamento com a sociedade civil e o Estado e mercado.

AFIOCRUZ, por sua vez, reconhece também a responsabilidade dos demais empreendimentos instalados ao seu redor no desenvolvimento local, para com o desenvolvimento e inserção na região. A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) é uma das empresas que a Fundação vem buscando diálogo e aperfeiçoamento constante das operações no Território. Leonídio afirma que é preciso ter um olhar crítico quanto à realidade socioambiental no Território, pois mesmo antes da instalação da TKCSA no local já haviam problemas diversos, muitos atribuídos à própria siderúrgica, mas que é preciso analisar mais cuidadosamente as variáveis causadas pelas operações da empresa e



aquelas que já existiam, tais quais poluição de mananciais, desigualdades, problemas ambientais e de saúde diversos, dentre outros.

A FIOCRUZ produziu um Relatório, em julho de 2014, o qual trata sobre as operações e ações da TKCSA no Território dos Megaempreendimentos, abordando temas ampliados, desde os impactos causados pela siderúrgica na região, como sobre a judicialização dos problemas causados, como o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) após reiterados casos da chamada “Chuva de Prata”. Tal fenômeno foi causado por emissões atmosféricas pelo altos-fornos da Companhia devido a gerenciamento incompleto nas funcionalidades de tal setor. Tais partículas acabaram por cair nas comunidades vizinhas à empresa, localizadas na Avenida João XXIII, onde estão localizados diversos conjuntos habitacionais e comunidades carentes, como os Conjuntos Liberdade, Miécimo, Alvorada, Chatuba, dentre outros.

O Relatório “ANÁLISE ATUALIZADA DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E DE SAÚDE DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA EMPRESA TKCSA” (2014b, p. 40) destaca que o local em que a siderúrgica está inserida é um território de vulnerabilidades sociais e exclusão de direitos:

De uma forma geral as pessoas vivem em piores condições de vida em Santa Cruz (acesso a moradia digna, educação de qualidade, saneamento básico, emprego, lazer, etc.) se comparadas às outras regiões da cidade e tem piores condições de acesso aos serviços de saúde.

Dentro do aspecto da integração que a FIOCRUZ busca entre os atores locais a TKCSA tem sido uma das diligências que tem sido aprofundada, uma vez que a publicidade e impactos causados pela empresa se destacaram no Território. Apesar desse cenário a Fundação reconhece também que as demais empresas e instituições possuem, igualmente, responsabilidades à medida que impactam o local, bem como direitos e deveres entre si e entre os demais atores, conforme afirma Leonídio Madureira Sousa Santos⁶ coordenador da Assessoria de Cooperação Social da FIOCRUZ:

Nossa preocupação é discutir com a associação das empresas do distrito industrial (AEDIN) e a CSA tem um papel nessa história, como a Casa da Moeda e outras, para induzir um processo que pudesse ter ações mais

⁶ Entrevista concedida por José Leonídio Madureira Sousa Santos, coordenador da Assessoria de Cooperação Social da FIOCRUZ na sede da Fundação em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro.



estruturantes que os investimentos possam ter maior efetividade e resultados e impactos.

Para a FIOCRUZ a estratégia adotada foi a de introdução da instituição junto à um diálogo com a TKCSA, empresa que é objeto de estudo da própria Fundação, e há o objetivo de se chegar até a associação das empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz. A inserção com o setor de saúde também já está em andamento, área esta a qual a FIOCRUZ pertence, mas também reconhece a importância estratégica do setor educacional e por isso também dialoga constantemente com as instituições deste campo. Entender a lógica de mercado é imprescindível, segundo o Assessor de Cooperação Social da FIOCRUZ: “Devemos pensar em iniciativas, ações que vão dialogar no nosso conceito ampliar de saúde, determinantes sociais que é o grande carro chefe de nós repensarmos o território, a governança naquele lugar”.

4 As Repercussões da Operação Lava-Jato no Território dos Megaempreendimentos

O quadro 1 expõe alguns dos diversos megaempreendimentos concentrados no território entre Itaguaí/RJ e o bairro carioca de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O quadro 2 mostra a relação direta ou indireta que esses megaempreendimentos possuem junto à Operação Lava-Jato.



Quadro 2: Quadro-resumo sobre a ligação entre os Megaempreendimentos e a Operação Lava-Jato.

	Megaempreendimento/Variantes	Local	Relação junto à Operação Lava-Jato	Fase de operações
1	Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp)	Distrito Industrial de Santa Cruz	Redução/revisão nas concessões de incentivos fiscais por parte do Governo do Rio de Janeiro	Finalizado
2	Corredor de Ônibus Articulados BRT Transoeste	Bairro de Santa Cruz	Construído pelos Consórcios Concremat/SANERIO e Andrade Gutierrez/Odebrecht	Finalizado
3	Base Naval de Itaguaí (Submarinos Nucleares)	Ilha da Madeira	Construção do Complexo Naval de Itaguaí a cargo da empreiteira Norberto Odebrecht através da subsidiária Odebrecht Defesa & Tecnologia	Em construção
4	Nuclep e UFEM			
5	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Região Metropolitana	Realizado pelas Construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Côrrea, Delta e Oriente	Finalizado
6	Porto Sudeste	Ilha da Madeira	Controlado pelo Grupo EBX através da subsidiária MMX (Minérios)	Finalizado

Fonte: IMPRENSA RJ, 2012; IMPRENSA RJ, 2011; PREFEITURA DO RIO, 2014; TKCSA, 2016; MULTIRIO, 2013b; EBC, 2013; PORTO SUDESTE, 2016; O DIA, 2010; ROSSETE, 1996, p. 77; EXTRA, 2010; JB, 2014; VALOR, 2017a.

Os prejuízos causados pela má conduta de empresas investigadas ou denunciadas pelo Poder Judiciário na Operação Lava-Jato, no Território dos Megaempreendimentos, ocorrem na forma de empregos e financiamento em se tratando das finanças públicas, sobretudo da Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Governo Federal. As manchetes jornalísticas expuseram desde 2014, ano de início da Operação, uma série de envolvimento das empresas listadas no Quadro 2 e suas respectivas obras em meio ao território em análise (JB, 2014; VALOR, 2017).

O PROSUB sofreu denúncias de corrupção e desaceleração das obras devido ao envolvimento da principal empreiteira do Programa, a Norberto Odebrecht S.A (Odebrecht Defesa e Tecnologia) em diligências investigativas na Operação Lava-Jato. O Programa Nuclear Brasileiro como um todo sofreu revezes nos últimos dois anos devido a atrasos e prisões de gestores do projeto, como do Ex-Presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro da



Silva e investigações e denúncias que levaram também a retardamentos na expansão do Complexo Nuclear de Itaoca (Usina Nuclear de Angra dos Reis), impactando também o ritmo das operações no Complexo Naval de Itaguaí (ESTADÃO, 2016; FOLHA, 2016).

As investigações sobre vantagens indevidas no Programa Nuclear Brasileiro e da Marinha e encarceramento de dirigentes não afetou o calendário de objetivos do PROSUB, conforme afirmou o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU), organismos acessórios nas diligências da Operação Lava-Jato (EBC, 2016).

Em meio a tais problemas enfrentados pela Marinha do Brasil e pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. demissões de trabalhadores no Complexo Naval já foram realizadas ao longo do ano de 2016 expondo os impactos socioeconômicos negativos gerados no local (EBC, 2016a). Diante desse cenário, tanto a Marinha e parceiros, como a sociedade local ficaram prejudicadas. A previsão atual para início da construção do submarino de propulsão nuclear (SN-BR) é a partir de 2018, com lançamento em 2027, já os quatro submarinos convencionais têm previsão de entrega para 2023, sendo o primeiro em 2018 (PROSUB, 2016).

Na construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e do corredor de BRT Transoeste foram identificados sobrepreços, utilização de material de qualidade inferior à contratada, além de ambos os Megaempreendimentos começarem a apresentar falhas nas estruturas. Todas as empreiteiras incumbidas pela construção do Arco e do BRT Transoeste estão em processo investigatório por parte do Ministério Público Federal com apoio da Polícia Federal e demais instituições de assessoramento (JB, 2014; VALOR, 2017a).

O Porto Sudeste, por sua vez, passou por um período de divisão sobre a sua administração, pois a EBX/MMX procurou investidores externos ao grupo a fim de dar viabilidade do projeto, que estava em fase de finalização à época em o empresário Eike Batista foi envolvido nas diligências da Operação Lava Jato (VALOR, 2017b).

A venda da TKCSA para a Techint/Ternium ocorreu em fevereiro de 2017 e a Siderúrgica entrou em um período de intensa transição, impossibilitando o melhor andamento para se conseguir as respostas junto ao setor de Relações Externas & Comunicação. A operação de transferência ocorreu no valor de € 1,5 bilhão, abaixo dos investimentos despendidos da ThyssenKrupp na empresa. Em 2015 o conglomerado alemão também vendeu a sua participação na Companhia Siderúrgica do Alabama, nos



Estados Unidos da América, finalizando a rede global de produção de aço que englobava a TKCSA, a Siderúrgica americana e a sede do grupo na Alemanha (O GLOBO, 2017a).

A Techint/Ternium é um grupo ítalo-argentino que opera no Brasil através de uma parceria com as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) e é uma das principais concorrentes no país com a Companhia japonesa Nippon Steel, com a qual disputa controle de Siderúrgicas em território nacional. A ThyssenKrupp alega que as operações no Brasil e nos Estados Unidos geraram custos na construção e operação das Siderúrgicas, além de problemas técnicos que inviabilizaram a manutenção das empresas sobre o controle alemão. O endividamento da Thyssen com a CSA é de aproximadamente € 12 bilhões devido a diversos problemas que vão desde contrapartidas à sociedade local por danos ao meio ambiente, queda no preço do minério no mercado internacional, multas, dentre outros. A TKCSA também emitiu um comunicado sobre a venda em seu periódico para o bairro de Santa Cruz, o “Alô Comunidade!”, na edição de março de 2017 (EBC, 2016; O GLOBO, 2017b).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar o controle social no Território dos Megaempreendimentos e como a Operação Lava-Jato impactou o local em meio ao momento de crescimento econômico vivenciado nas primeiras décadas do presente século XXI.

O Território dos Megaempreendimentos passou por diversas transformações no sentido do crescimento econômico promovido pela chegada de empresas e obras públicas para sustentar a permanência e manutenção das operações de tais firmas no local.

Um desenvolvimento incluyente, sustentado e sustentável, pregado por Ignacy Sachs (2008), porém, não foi verificado no Território dos Megaempreendimentos. O bairro carioca de Santa Cruz ainda são testemunhas de deficiências nos sistemas de saúde, participação social, infraestrutura e qualidade de vida inadequada em geral.

O controle social ainda é um instrumento não consolidado, de mobilização e permanente à disposição da sociedade local. Os mecanismos de conselhos e instituições públicas são atuantes, mas ainda sem a presença efetiva e constante da população em torno da movimentação do controle.

Em meio aos problemas evidenciados no Território dos Megaempreendimentos, tais quais a “chuva de prata”, ingerência na administração municipal de Itaguaí/RJ e a Operação



Lava-Jato, o controle social se vê prejudicado com a baixa participação social e sem a generalização e consolidação da sociedade nos instrumentos.

Referências

ALCANTARA, Denise. **Itaguaí e Seropédica: nós nas redes – Conflitos e transformações da paisagem**. Anais da VI oficina de Arquitetura da Paisagem e III oficina Quapa-SEL RJ, p. 1-25. 2011

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Glossário**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=c>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CODIN – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Alternativa de Localização. **Distritos Industriais**. 2015. Disponível em: <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/ApoiInvestidor/AlternativaLocalizacao/DistritoCampoGrande.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

EBC. **Fábrica de submarinos comprova potencial tecnológico na área de defesa, afirma Dilma**. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/03/dilma-com-fabrica-de-submarinos-pais-comprova-potencial-tecnologico-na>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

_____. **MP entra com ação de improbidade administrativa contra Sérgio Cabral**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/mp-entra-com-acao-de-improbidade-administrativa-contr-sergio-cabral>>. Acesso em: 23 dez. 2016;

ESTADÃO. **Odebrecht relata propina para projeto de submarino nuclear da Marinha**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,odebrecht-relata-propina-para-projeto-de-submarino-nuclear-da-marinha,10000094692>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

EXTRA. **Emprego em Seropédica: 600 vagas para central de tratamento de resíduo**. Disponível em: <<http://extra.globo.com/emprego/emprego-em-seropedica-600-vagas-para-central-de-tratamento-de-residuo-363631.html#ixzz47S9aQW1T>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FIOCRUZ. **Relatório ANÁLISE ATUALIZADA DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E DE SAÚDE DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA EMPRESA TKCSA**. Rio de Janeiro: 2014b. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/relatorio-reafirma-correlacao-entre-material-expelido-pela-tkcsa-e-impactos-na-saude>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

FOLHA. **Investigado, projeto de submarino nuclear traz novas suspeitas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780963-investigado-projeto-de-submarino-nuclear-traz-novas-suspeitas.shtml>>. Acesso em: 24 set. 2016.

IMPrensa RJ. **Indústria Siderúrgica Fluminense Entre as Maiores do Brasil**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=553436>>. Acesso em: 20 jan. 2016.



_____. **Distrito de Santa Cruz Receberá R\$ 1,47 Bilhão em Investimentos.** Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1286647>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

JB. **Grupo de empreiteiras lidera contratos no Rio e na Lava Jato em consórcios.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/12/21/grupo-de-empreiteiras-lidera-contratos-no-rio-e-na-lava-jato-em-consorcios/>>. Acesso em: 12 jan. 2017;

MOTTA, S.; BARCHET, G. **Curso de Direito Constitucional.** 2. ed. São Paulo: Campus Jurídico, 2008.

MULTIRIO. **Investimento Bilionário no Distrito Industrial.** Rio de Janeiro: 2013b. Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/490-investimento-bilionario-no-distrito-industrial>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

O DIA. **Porto de Itaguaí vai criar 2.400 empregos: Terminal da Usiminas prevê geração de 2 mil oportunidades na obra e 400 na operação.** Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/porta/economia/porto-de-itagua%C3%AD-vai-criar-2-400-empregos-1.113564>>. Acesso em 11 out. 2015.

O GLOBO. **Ternium compra siderúrgica CSA, no Rio, por € 1,5 bilhão.** Rio de Janeiro, 2017a. Edição de 22 fev. 2017;

_____. **Cratera alemã.** Rio de Janeiro, 2017b. Edição de 25 fev. 2017;

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PORTO SUDESTE. Itaguaí: 2016. Disponível em: <<http://www.portosudeste.com/pt/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

PREFEITURA DO RIO. **Decreto Municipal Nº 3158/81.** Rio de Janeiro: 1981. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D3158M.PDF>>. Acesso em 8 out. 2015.

_____. **Prefeitura inicia obras do BRT Transbrasil.** Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5065490>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RIO. **Conselhos Distritais de Saúde.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=4212984>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

ROSSETE, A. N. **Mineração e Planejamento Ambiental. Estudo de Caso: A Mineração de Areia no Município de Itaguaí-RJ.** Campinas: 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000113981>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

TENÓRIO, F. G. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, F. G. (org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: Critérios de Análise.** Rio de Janeiro: FGV, v. 1. 2012.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



TUBBS, D., MARQUES, E. D., GOMES O. V. O., SILVA-FILHO, E. V. **Impacto da Mineração de Areia sobre a Química das Águas Subterrâneas, Distrito Areeiro da Piranema, Municípios de Itaguaí e Seropédica, Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Art_Impacto_Marques2011.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

VALOR. **Obras do Arco Metropolitano e do Parque Olímpico envolveriam propina.** São Paulo, 2017a. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/politica/4936380/obras-do-arco-metropolitano-e-do-parque-olimpico-envolveriam-propina>>. Acesso em: 12 mai. 2017;

VALOR. **Porto Sudeste diz que Eike não é mais seu controlador indireto.** São Paulo, 2017b. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/empresas/4850674/porto-sudeste-diz-que-eike-nao-e-mais-seu-controlador-indireto>>. Acesso em: 12 mai. 2017.